

A REPRESSÃO DURANTE A TRANSIÇÃO (1974-1979) E A 'INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES': AS BASES DA CONTRARREVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA (1974-1988)

REPRESSION DURING THE TRANSITION (1974-1979) AND THE 'INSTITUTIONALIZATION OF INSTITUTIONS': THE BASIS OF THE DEMOCRATIC COUNTER-REVOLUTION (1974-1988)

Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Esse artigo tem como objetivo caracterizar o início da transição para a democracia no Brasil, tendo como destaque o governo Ernesto Geisel (1974-1979). O projeto da distensão política tinha como elemento central o controle das Forças Armadas perante o processo de transição e enquanto institucionalizaram a nova ordem democrática, os militares enfrentaram resistências ao processo de abertura. O aparato repressivo foi usado para reprimir as oposições e ao mesmo tempo, o governo dialogava e negociava, as bases da democracia, com os setores moderados da oposição. Defendemos a tese de que as características acima, isto é, o fortalecimento das instituições e a repressão política foram fundamentais para a vitória do projeto de transição dos militares.

Abstract: This article aims to characterize the beginning of the transition to democracy in Brazil, highlighting the Ernesto Geisel government (1974-1979). The central element of the political distension project was the control of the Armed Forces in the face of the transition process, and while institutionalizing the new democratic order, the military faced resistance to the opening process. For this, he used all the existing repressive apparatus and simultaneously dialogued and negotiated, the bases of democracy, with the moderate sectors of the opposition. We defend the thesis that the above characteristics, that is, the strengthening of institutions and political repression, were fundamental to the victory of the military transition project.

Keywords: Dictatorship, political

¹ Pedro Cardoso é mestre em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) e atualmente é doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/ UFRJ). E-mail para contato pedrooriola@gmail.com.

Palavras-chave: Ditadura, transition and repression
transição política e repressão.

Introdução

O objetivo desse texto é abordar o processo de transição política no Brasil,² ressaltando a sua formulação estratégica, baseada na contrarrevolução preventiva. Em linhas gerais, nesse artigo defendo a hipótese de que o golpe empresarial - militar³ de 1964 e o regime ditatorial que se estabeleceu teve o sentido contrarrevolucionário preventivo e a estratégia dos militares, durante a distensão, era fortalecer as instituições liberais e manter a repressão política.

Usamos como base o conceito de “Contrarrevolução Democrática” e a periodização estabelecida pelo historiador Renato Lemos.⁴ O período da ditadura, situado entre 1964-1988, é dividido em dois grandes momentos: a primeira fase entre 1964-1974 recebe o nome de “Contrarrevolução Terrorista” cuja característica central foi a feição do “Terrorismo de Estado” que visava derrotar o comunismo, o nacionalismo civil e militar, populismo e movimento de massa. A segunda fase da ditadura, a “Contrarrevolução democrática” situada entre 1974- 1988, apresentava como meta estratégica “a dominação de classes na forma de um regime democrático restrito”⁵, ou seja, a partir dessa afirmação defendemos a ideia de que a transição era um instrumento para a dominação política e de classe.⁶

Deste modo, a transição para o regime democrático foi um instrumento de dominação política e de classe. Sobre essa questão, é fundamental indicar de que forma ocorreu a saída da ditadura. Nessa lógica defendemos a ideia de que a transição foi determinada e regulada pelos interesses das classes dominantes.

²Nesse artigo o recorte temporal é do governo Ernesto Geisel (1974-1979) até a reforma partidária, realizada em dezembro de 1979, no governo João Figueiredo Batista (1979-1985).

³Usamos como referência teórica a tese de doutorado de René Dreifuss, conferir DREIFUSS, René Armand. *1964 : a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis : Vozes, 1981.

⁴Cf LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964**. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010. LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964**. Marx e o marxismo, v. 2, p. 111-138, 2014

⁵LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964**. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.p.17

⁶ Idem.

Argumento que por trás da direção burguesa e militar do processo, a meta estratégica da transição era manter as condições de dominação de classe na mudança de regime político.⁷ O projeto de transição foi vitorioso porque o caráter de classe e de Estado respectivamente permaneceu sendo burguês e capitalista.⁸ A essência era conservar os elementos primordiais da ditadura empresarial-militar tais como: política econômica, função política dos militares e desmobilização da classe trabalhadora.⁹

Nesse debate sobre a transição política a diferença entre projeto e processo é importante. Na análise da “Transição pelo alto”, é preciso levar em consideração os esforços das classes dominantes em preservar tanto o poder quanto a capacidade de resistência de alguns setores da sociedade contrários à distensão planejada pelos militares. Entendemos que no Brasil, o projeto de redemocratização das Forças Armadas e dos setores dominantes entrou em conflito com determinadas forças sociais e políticas. A transição, por esse viés, pode ser vista como um processo não linear “marcado por avanços e recuos, por movimentos contraditórios e oscilações nem sempre previsíveis”¹⁰. No Brasil, os setores dirigentes foram obrigados a reconsiderar as suas ações e táticas devido, por exemplo, a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974, a reativação do movimento estudantil e operário, e até mesmo pela resistência imposta pela chamada “Comunidade de Informações” (isto é, os setores militares mais diretamente ligados à repressão contrários ao fim da ditadura), através de atentados e outras ações, fez com que o governo reagisse contra isso. Todavia, essas pressões políticas apenas influíram na duração do processo e não conseguiram impor modificações significativas em seu sentido e na sua direção.¹¹

⁷ LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n.n. 5, p. 287-313, 2002.

⁸ SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: **República do capital/capitalismo e processo político no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

⁹ MONTEIRO, Tiago. **A nova república e os debates relativos ao papel político das forças Armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

¹⁰ DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. **Dados** (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 28, n.3, p. 10-20, 1985.p.334

¹¹ HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

O recorte temporal, nesse artigo, situado entre 1974-1979 correspondeu a uma nova fase da ditadura, em que se buscava nas palavras do então presidente Ernesto Geisel, “um aperfeiçoamento democrático gradual e seguro”.¹²

A formulação da transição

Partimos do pressuposto de que com o início da transição em direção à democracia, a partir do governo Ernesto Geisel (1974-1979), a contrarrevolução preventiva assumiu uma feição mais amena já que a gênese desse processo foi em um contexto não radicalizado e, portanto, controlado pelos militares. Dito isso, dialogamos com a “visão estratégico conservadora”¹³, em que a transição ocorreu em uma conjuntura favorável para a ditadura militar, no início dos anos 70. Nesse sentido, concordamos com a ideia de que a “autonomia do núcleo dirigente e a sua capacidade de assumir a iniciativa da transição e se antecipando a qualquer pressão”¹⁴ e, logo, a elaboração do projeto distensionista não comportava uma situação de crise interna. Essa premissa é importante para situar o caso brasileiro como o de “transição pelo alto”¹⁵ em que as classes dominantes mantêm a iniciativa e traçam a direção do processo. O que queremos pontuar é de que “a articulação e o desencadeamento da distensão tem vinculação com a situação favorável desfrutada pelo regime durante o governo Médici”¹⁶, ou seja, o cenário para o início da transição no Brasil era oportuno devido aos êxitos na área econômica e militar, respectivamente por causa do milagre econômico e pela derrota da esquerda armada¹⁷. A reflexão a ser feita é a seguinte: Por qual(is) motivo (s) as Forças Armadas saíram do poder e iniciaram a abertura política?

O primeiro fator é militar e não pode ser atribuído a um pensamento

¹²COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

¹³CARDOSO, Fernando Henrique. “Regime político e mudança social (algumas reflexões sobre o caso brasileiro)”. **Revista de Cultura Política**, nº 3, São Paulo, Cedec e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

¹⁴DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. **Dados** (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 28, n.3, p. 10-20, 1985.p.332

¹⁵O'DONNELL, Guillermo. “Transições, continuidades e alguns paradoxos”. In: Reis, Fábio Wanderley e O'Donnell, Guillermo. (orgs.) **Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

¹⁶CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1989.p.02

¹⁷OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. 1. ed. Campinas: Editora Papirus, 1994.

democrático dentro das Forças Armadas. Uma das hipóteses é de que a motivação castrense correspondeu a disfunções internas causadas pela presença do aparelho militar no núcleo do poder de Estado¹⁸ e, então, um dos motivos da saída dos militares do poder foi para resolver os problemas internos. Sobre o tema, usamos como base o estudo de João Roberto Martins Filho, em que analisa as tensões castrenses desde o golpe de 1964 até a crise sucessória do presidente Arthur Costa e Silva, em 1969. Em seu trabalho, João Roberto Martins Filho, defende a ideia de que a dinâmica política das Forças Armadas assume diferentes formas dependendo do tipo de Estado e de regime.¹⁹ No caso brasileiro, o regime pós 1964, sendo uma ditadura bonapartista, segundo o autor, o elemento de crise é estrutural, ou seja, a partir do momento em que o domínio se desloca para o aparelho repressivo não há o elemento da estabilidade, e, portanto as crises políticas nas ditaduras militares são um componente perene devido a sua incapacidade em articular a hegemonia.²⁰ Uma das manifestações de crise ocorreu no próprio aparelho de Estado, que teve como desdobramento as cisões e conflitos entre os militares.

Durante o governo Castelo Branco (1964-1967), após a cassação dos militares nacionalistas, o conflito castrense foi caracterizado pelas divergências em torno das punições e das cassações políticas e nas "contradições despertadas na hierarquia pela disputa sucessória"²¹. A pressão de dentro da caserna veio da jovem oficialidade e algumas das suas reivindicações encontraram eco nos "herdeiros civis do regime"²² tal como na alta hierarquia militar. Esse grupo composto por jovens oficiais e opositores do governo Castelo Branco (1964-1967) recebe o nome de "linha dura" e apresentava como uma de suas principais características, um maior rigor na depuração do sistema político²³. Outra zona de conflito foi a campanha para a sucessão presidencial envolvendo o Ministro da Guerra Arthur Costa e Silva que enfrentava resistência da ala castelista. A sua estratégia era alinhar as suas concepções com os setores da linha- dura, já que nos episódios em que os militares

¹⁸ MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura**. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

¹⁹ MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura**. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

²⁰ Idem.

²¹ Ibidem.p.53

²² Um dos herdeiros seria o então governador da Guanabara e político da União Democrática Nacional Carlos Lacerda (1914-1977).

²³ Isso significa que queriam aumentar as cassações políticas e eram contrários à concessão de habeas corpus concedidos a acusados pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMS).

mais radicais pressionaram, como por exemplo, a favor da cassação do senador Juscelino Kubitschek (PSD), o ministro coincidiu as suas posições com essa corrente. A disputa sucessória é um indicativo fundamental para compreender os conflitos militares como um fator de crise permanente, a partir do golpe empresarial- militar de 1964. O apoio militar a Arthur Costa e Silva é de caráter difuso e heterogêneo, embora o Ministro do Exército não pertencesse à linha- dura, tinha o apoio desses setores. A justificativa é de que essas correntes mesmo apresentando divergências, se uniam em relação ao anticastelismo; e segundo João Roberto Martins Filho, a partir do apoio dos quartéis e das correntes militares apontadas, a candidatura de Costa e Silva eram irreversíveis²⁴.

O governo de Arthur Costa e Silva (1967-1969) inicialmente foi caracterizado pela unidade militar devido à união das facções militares para reprimir a manifestação estudantil e operária em 1968 e nesse episódio acabaram colocando em segundo plano a discordância entre eles. A unanimidade se pautava em medidas para conter o movimento dos estudantes e ao mesmo tempo impedir qualquer tipo de rearticulação de políticos que tinham sido punidos, referindo-se à Frente Ampla²⁵.

Após a decretação do AI-5, a cizânia castrense entrou novamente em cena. Um dos exemplos mais citados pela literatura²⁶ sobre as tensões entre o governo e a caserna, foi o episódio envolvendo a sucessão do general Arthur Costa e Silva em 1969, porque segundo Martins Filho “entre o súbito afastamento do presidente Costa e Silva e a resolução da crise sucessória constituem, talvez o período mais rico e complexo para a observação da dinâmica militar das crises políticas da ditadura”.²⁷

Esse fato demonstra um acirramento da disputa entre as facções dentro das Forças Armadas (FFAA), sob a justificativa de que os pleitos para eleger o Presidente da República acabavam gerando uma aguda tensão no meio militar (CAMARGO, 1984). A sucessão presidencial de 1969, o auge desse conflito, tratava-se de duas forças políticas: a primeira baseada na força dos quartéis, representada pela figura do

²⁴ MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

²⁵ Movimento político lançado oficialmente em 28 de outubro de 1966 com o objetivo de lutar “pela pacificação política do Brasil, através da plena restauração do regime democrático”. Era composta por Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek.

²⁶ CAMARGO, Aspásia; GOÉS, Walder de. **O Drama da Sucessão e a crise do regime**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984.

²⁷ MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura**. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

General Albuquerque Lima e a segunda através da hierarquia e alta oficialidade (MARTINS FILHO, 1995). O problema foi o fato da candidatura de Albuquerque Lima representar a média oficialidade, causando um problema de hierarquia com os oficiais mais antigos:

Cedo, sua candidatura procurou se apresentar como canal para a expressão tanto das cisões verticais nas Forças Armadas, como das tensões horizontais entre as três forças. Em oposição à alternativa Albuquerque Lima iria se constituir uma frente defensora do princípio da hierarquia como fundamento para a solução da crise sucessória, bem como da variante de regime militar que almejavam. O nome do general Médici aparecia como o pólo de aglutinação dos partidários dessa via.²⁸

A atuação da alta cúpula das Forças Armadas foi fundamental para anular as pretensões de Albuquerque Lima porque controlou o processo de sucessão presidencial²⁹ restringindo o colégio eleitoral e impondo a hierarquia, através de um escrutínio reservado nas três armas entre os oficiais gerais para que fosse escolhido um novo presidente, sendo ele, o general Emílio Médici.

A partir dessas crises dentro do aparato militar, um dos objetivos com a transição era dar fim a essas disputas, contudo apesar da política de distensão, iniciada a partir de 1974, as tensões e conflitos entre os militares não encerraram.

O segundo fator foi o impacto da Comissão Trilateral (CT) na formulação da distensão política no Brasil. Simultaneamente ao processo de transição da ditadura para o regime democrático no Brasil, nos anos 70, o sentido da democracia estava sendo reformulado. O ponto de partida dessa releitura foi quando os teóricos 'elitistas' criticaram o modelo de democracia até então existente, caracterizada pelo excesso de demanda popular, a qual gerou uma crise nas democracias entre 1945-1970. Essa reformulação teve certo impacto na formulação da transição no Brasil, através do cientista político Samuel Huntington.³⁰

O argumento é de que esse sistema tinha chegado ao seu limite, sendo assim os Estados Unidos, Europa e Japão estavam condenados a uma "crise de

²⁸ MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.p.185

²⁹ Nesse episódio das promoções militares, o general Emílio Médici foi promovido a general de exército, passando à frente do general Albuquerque Lima.

³⁰ HOEVELER, Rejane. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

democracia". A mudança foi sinalizada pelo relatório da Comissão Trilateral chamado 'The crisis of democracy', publicado em 1975, o qual indicou a seguinte visão da entidade sobre as democracias naquele momento:

excesso de pressão popular nas decisões dos governos, que teria gerado, economicamente, inflação por incrementos salariais e déficits orçamentários, e politicamente, uma ingovernabilidade geral. O diagnóstico da CT era alarmista: a democracia estaria seriamente ameaçada, e algo teria que ser feito para evitar seu fim. A 'onda democrática' que varreu o mundo após a Segunda Guerra teria chegado então ao seu fim pela incapacidade dos sistemas políticos em controlar fatores como aumento do nível de sindicalização e greves. A insistência em antigos mecanismos políticos da democracia e a incapacidade de modernização dos sistemas políticos seriam os motivos pelos quais a democracia estaria sendo ameaçada agora em grande parte do mundo ocidental. Por isso a grande tarefa colocada para os Estados seria uma reelaboração da democracia, mas agora em democracias 'viáveis' ou mesmo 'restritas'.³¹

Antes de indicarmos as bases da nova perspectiva de democracia no Brasil, é importante falar um pouco sobre a Comissão Trilateral. A Comissão Trilateral foi fundada em 1973, pelo magnata David Rockefeller e era composta pelos principais empresários, banqueiros e políticos dos três principais blocos econômicos: Estados Unidos da América, Europa Ocidental e Japão e tinha como fim elaborar políticas comuns para os três blocos.³²

A Comissão Trilateral era uma instituição que tinha um programa político para os países do Terceiro Mundo em que visava fortalecer as forças capitalistas, juntar elementos políticos e setores empresariais para promover democracias restritas e estáveis.³³ Nesse último aspecto a estratégia era incentivar processos de democratização, visando transformar as ditaduras em "democracias viáveis", porém a existência de uma alternativa civil moderada era uma condição importante.³⁴ Isso ocorria em um contexto em que o conceito de democracia estava sendo remodelado pelos liberais, em que se destaca a influência da teoria democrática do cientista político Joseph Schumpeter a qual caracteriza a democracia como uma 'seleção de

³¹ HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.p.23

³²HOEVELER, Rejane. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: uma história dos primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)**. Dissertação (Mestrado em História).Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

³³ Idem.

³⁴ HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

lideranças', pautada pela manutenção de direitos individuais mínimos e exclusão da garantia de direitos sociais e da participação popular na política.³⁵ Acrescento o fato de que a Comissão Trilateral (CT) estava preocupada com as revoluções no Terceiro Mundo e em relação à América Latina isso se traduzia pelo temor do surgimento de movimentos de massa que poderiam derrubar as ditaduras e atrapalhar o capital com ou sem a interferência da URSS.³⁶ Podemos associar essa afirmação com a perspectiva da contrarrevolução preventiva no continente, já que segundo a visão da CT as transições deveriam ser controladas pelas elites conservadoras.³⁷ Um elemento chave para entender as mudanças para a democracia, nesse viés restrito, foi a tentativa em conservar o enfraquecimento dos principais órgãos de representação da classe trabalhadora, como por exemplo, partidos e sindicatos.³⁸

A relação entre a Comissão Trilateral e a transição brasileira é explicada pela vinda ao Brasil de um membro importante dessa entidade no início dos anos 70, o cientista político e professor da Universidade de Harvard, Samuel Huntington.³⁹ Um desses encontros foi com o chefe do Gabinete Civil Leitão de Abreu, demonstrando que os militares já pensavam em iniciar a política de distensão antes do início do mandato do presidente Ernesto Geisel em 1974. O resultado dessas conversas foi a elaboração do documento "Abordagens da descompressão política", escrito por Samuel Huntington em que discutia a maneira pela qual poderia ser realizada a transição política no Brasil. Ruy Mauro Marini, nesse sentido, associa justamente o interesse dos EUA através da presença desse cientista político:

o assessoramento dos EUA se demonstrou presente nas conversas do Ministro do Gabinete Civil Leitão de Abreu com o professor Samuel Huntington. A meta era propiciar o restabelecimento do jogo parlamentar e partidário, sob a tutela das Forças Armadas.⁴⁰

Segundo as recomendações da Comissão Trilateral (CT), as ditaduras na América Latina deveriam ser direcionadas para democracias restritas. Em nosso caso

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸MACHADO, Eliel. Limites da "democracia procedimental" na América Latina. **Revista Mediações** (UEL), v. 13, p. 260-282, 2008.

³⁹LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.

⁴⁰MARINI, Ruy Mauro. **Brasil: da ditadura a democracia 1964-1990**, 1991. Disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/071_brasil_dictadura_democracia.html. Acessado em 06/01/2023.p.02

de estudo, para que isso ocorresse os militares brasileiros deveriam iniciar e controlar o processo de redemocratização que permitisse a construção de um regime democrático liberal e não houvesse a mobilização popular. Partindo desse pressuposto, a democracia pós- ditadura deveria ser caracterizada pelo baixo grau de participação política, limitando-se aos períodos eleitorais e ao mesmo tempo privando os espaços decisórios de qualquer presença ativa das massas populares. Esse regime democrático deveria se consolidar pela apatia e desmobilização política dos cidadãos e por eleições regulares disputadas, na prática, por elites políticas a favor da ordem .⁴¹

Concordamos com a ideia de que o fortalecimento das instituições políticas e a repressão contra a esquerda e movimentos sociais contribuíram para a formação da 'democracia blindada' no Brasil. A 'democracia blindada' se define pela combinação equilibrada entre coerção e consenso e apresenta "estruturas de funcionamento cada vez mais fechadas às pressões populares, preservando seus núcleos institucionais decisórios como espaços exclusivos dos interesses das classes dominantes".⁴²

Como nos interessa traçar relações entre a perspectiva institucionalista e a transição, nossa hipótese é de que uma das estratégias usadas foi o fortalecimento e a canalização dos conflitos políticos via instituições. Pode-se afirmar que o governo Ernesto Geisel tinha como método preservar a dominação por "estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado em longo prazo".⁴³ Um ponto interessante nessa afirmativa é sobre como o Estado capitalista conservou a dominação de classe, na mudança de regime político:

O fundamental é que o processo decisório continue centralizado no poder Executivo, os militares continuem controlando, mesmo à distância, os centros de poder real, a atividade dos partidos políticos fique restrita aos períodos eleitorais, o poder do Legislativo permaneça pouco mais que ornamental.⁴⁴

A partir dessa citação fica evidente a importância de elementos institucionais tais como: eleições, partidos políticos e o aumento do poder do Legislativo, que

⁴¹DEMIER, Felipe. Democracias Blindadas nos dois lados do Atlântico: Formas de dominação político social e contrarreformas no tardocapitalismo (Brasil e Portugal). *Libertas* (UFJF. Online), v. 12, 2012.

⁴²DEMIER, Felipe. Democracias Blindadas nos dois lados do Atlântico: Formas de dominação político social e contrarreformas no tardocapitalismo (Brasil e Portugal). *Libertas* (UFJF. Online), v. 12, 2012.

p.14

⁴³ ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.p.185

⁴⁴ Idem.p.91

podem ser definidos como mecanismos de controle da sociedade pelo Estado.⁴⁵ A escolha, segundo Adriano Codato⁴⁶, foi de um sistema mais estável e controlado, onde os partidos e a eleição não colocassem a ordem em risco.

Retomando a relação entre Samuel Huntington, a perspectiva institucionalista e a formulação da política distensionista no Brasil, um dos argumentos é a conjuntura apontada em 'Abordagens da descompressão política', compatível com a situação brasileira, porque havia tanto continuidade administrativa quanto estabilidade política.⁴⁷ A fórmula básica era realizar a descompressão de forma gradual e segura, sempre mantendo o controle militar perante o processo de mudança de regime político. Por outro lado, o receio era a perda do comando, a qual traria como consequências a desordem, o colapso do regime e até mesmo um retrocesso. No documento Huntington cita como exemplo as crises políticas que resultaram no Ato institucional nº 2 (AI-2) e no Ato institucional nº 5 (AI-5). As concepções de Samuel Huntington e da Comissão Trilateral convergem na defesa de um processo de transição caracterizado pelo controle do governo e um sentido restrito.

Para Renato Lemos, o que fundamenta a tese de Samuel Huntington é a perspectiva de Schumpeter sobre a 'seleção de lideranças' porque nas suas recomendações:

Huntington assume, no documento, três acepções do termo 'descompressão', distintas, porém combinadas no plano lógico. A primeira corresponde à institucionalização de procedimentos para determinar a sucessão em cargos públicos, muito especialmente, na Presidência, mas também no Congresso e em cargos estaduais, e para elaboração de decisões entre os grupos pertinentes na formulação de políticas públicas. A segunda, ao alargamento da participação na escolha de autoridades públicas e na elaboração de políticas, de modo a representar mais grupos de interesses legítimos e mais setores da população no processo governamental. A terceira, à liberalização de restrições em curso – de direitos individuais políticos e civis – e uma aberta discussão pública de questões governamentais e políticas.⁴⁸

Outros autores também formularam como realizar a transição com base na institucionalização. Podemos mencionar a comunicação do cientista político

⁴⁵CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), Curitiba - PR, v. 25, p. 83- 106, 2005.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.

⁴⁸LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.p.575

brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos, escrito no ano de 1973 para uma conferência sob o título 'Estratégias de descompressão política', no Seminário sobre Problemas Políticos do Instituto de Pesquisas Estudos e Assessoria do Congresso (IPEAC), cujo objetivo era apontar um caminho viável para a saída da ditadura, tendo como público alvo os deputados do Congresso Nacional. A partir desses dados infere-se, mais uma vez, que o governo já estava pensando em como articular o início da transição antes do início do mandato do presidente Ernesto Geisel. A recomendação do cientista político foi a combinação de repressão política, liberdades graduais controladas e negociação política com setores moderados da oposição.⁴⁹

A principal finalidade do texto era buscar uma solução não revolucionária para substituir a ditadura e para isso era necessário mudar a forma de obter a estabilidade, já que até então isso era obtido através da repressão política. A solução para o cientista político é o caminho institucionalista, sendo esse um instrumento para inviabilizar e neutralizar "aqueles conflitos que são típicos da organização política das comunidades humanas"⁵⁰. Esse mesmo ponto foi colocado por Samuel Huntington em "Abordagens de Descompressão Política" quando indica que o principal objetivo era institucionalizar a estabilidade. Entendo que no contexto de formulação de saída do regime ditatorial, essa seria uma maneira para amenizar a luta de classes por intermédio da eficiência e do fortalecimento das instituições políticas.

Outra formulação que queremos pontuar foi feita por Roberto Campos⁵¹ e Mario Henrique Simonsen⁵², cuja preocupação era "institucionalizar a estabilidade, até agora acompanhada de certo grau de autoritarismo e coerção"⁵³. Coloco esses autores na mesma chave analítica institucionalista por dialogarem com a perspectiva

⁴⁹ Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen endossam também essa recomendação. Ver CAMPOS, Roberto. A opção política brasileira. In: CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974. p.255.

⁵⁰SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: **Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.p. 145

⁵¹ Foi Ministro do Planejamento entre 1964-1967, durante o governo Castelo Branco. Durante o governo Geisel (1974-1979) foi embaixador do Brasil na Inglaterra e depois, nos anos 80, exerceu o cargo de senador pelo PDS. Cf Renato LEMOS; Vilma KELLER. Roberto de Oliveira Campos. In: ABREU, Alzira Alves de et all(coords). **Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁵² Durante o governo Geisel foi Ministro da Fazenda. Vilma KELLER; Maria Cristina GUILDO. Mario Henrique Simonsen. In: ABREU, Alzira Alves de et all(coords). **Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁵³ CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974. p.255

de Wanderley Guilherme dos Santos. O cerne da discussão era como substituir a dominação de classe até então caracterizada pelo uso prioritário da coerção por uma “solução não revolucionária”.⁵⁴ Essas formulações têm em comum ressaltar o fortalecimento das instituições políticas como um dos instrumentos para enfrentar a luta de classes. A produção desses textos tem relação com a conjuntura inicial dos anos 70 caracterizada pelo ‘sucesso econômico’ por causa do milagre brasileiro e pela derrota da esquerda armada. Isso estava de acordo com os preceitos do próprio Huntington porque a transição “deveria ser iniciativa do próprio governo no momento mais oportuno, quando o crescimento econômico e a estabilidade política alcançada permitam-lhe exercer uma posição de força”.⁵⁵

A repressão política como uma prática institucional durante a transição (1974-1979)

Nesse tópico iremos demonstrar o sentido da repressão política do governo Geisel e traçar relações entre a perspectiva institucionalista e as ações do aparato policial-militar entre 1974-1979.

Desde o início do seu mandato, o governo Geisel dava indícios sobre a importância da manutenção da ordem, tendo a seguinte fórmula: “máximo de desenvolvimento possível com mínimo de segurança indispensável”⁵⁶. Segundo a Anistia Internacional no ano de 1975, 2 mil pessoas foram detidas no Brasil e 700 permaneceram na cadeia, isso indica que a distensão política não significou o fim das práticas policiais discricionárias.⁵⁷

A explicação para a repressão durante o período de abertura política é pela própria natureza da transição feita no Brasil.⁵⁸ Argumento que a meta estratégia mais importante da transição era mudar o regime político e manter a dominação de classe⁵⁹, ou seja, o caráter de classe permaneceu sendo burguês e capitalista.⁶⁰

⁵⁴ Destaco que essa formulação foi colocada antes da Revolução dos Cravos (abril de 1974).

⁵⁵ HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.p.15

⁵⁶ OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. 1. ed. Campinas: Editora Papirus, 1994.p.60.

⁵⁷ MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

⁵⁸ LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, 2002.

⁵⁹ Idem.

Portanto, a própria essência da transição era contrarrevolucionária e contrária à articulação dos partidos de esquerda e a mobilização da classe trabalhadora.

Wanderley Guilherme dos Santos recomenda o uso de instrumentos para coibir “excessos cometidos” e comportamentos exagerados. Entendo isso como uma orientação para manter o aparato repressivo do Estado para coibir as “áreas não liberadas”, ou seja, a classe trabalhadora combativa, os partidos de esquerda e movimentos sociais.⁶¹

Outro conselho foi a permanência do aparato repressivo durante a concessão de liberdades democráticas, justificando que a liberalização sem controle poderia provocar uma recompressão; assim entende-se que essas ‘liberdades’ e o regime proposto era restrito e a repressão era institucional.⁶² Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos:

O poder público precisa, pois estar armado para responder à violação da liberdade responsável antes que o exercício irresponsável dos comportamentos libertados provoque a acumulação dos problemas, gerando a simultaneidade das pressões⁶³.

Se o poder público não estiver dotado de instrumentos de correção específicos, relativos ao abuso da liberdade, só lhe restará, face à multiplicidade e simultaneidade das demandas, o recurso à coação generalizada ao exercício legítimo da liberdade, configurando o retorno a uma política de recompressão⁶⁴.

O último ponto converge à perspectiva de vários autores, entre eles o general Golbery do Couto e Silva e Samuel Huntington, na incorporação gradual de setores intermediários da sociedade. É importante pontuar que a cooptação desses setores fora do governo, somente seria realizada se as reivindicações girassem em torno das liberdades civis⁶⁵. Nessa perspectiva a diástoles,⁶⁶ seria caracterizada pela

⁶⁰ SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: **República do capital/capitalismo e processo político no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

⁶¹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: **Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

⁶² HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.

⁶³ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: **Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.p.156

⁶⁴ Ibidem.p.156

⁶⁵ LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.

liberalização progressiva do controle, como por exemplo, o fim gradual da censura e pela presença da repressão política em função de “inevitáveis excessos”⁶⁷. Logo a fórmula básica era a concessão de algumas medidas liberais combinada com a repressão e a “seleção de lideranças”, através do voto.

Ainda sobre a lógica da coerção, fica claro que o projeto distensionista defendia a punição aos ‘elementos subversivos’ sem ferir as leis da institucionalidade ditatorial e, portanto, os métodos da repressão não poderiam ser excessivos. Segundo David Maciel,⁶⁸ esse “legalismo” era estrategicamente importante para o governo para reforçar o diálogo com o campo liberal da oposição que pleiteava a bandeira da liberalização, mas ao mesmo tempo sensível ao anticomunismo.

Um dos argumentos para ratificar essa ideia foi de que a estrutura do aparato repressivo existente (DOI CODI, SNI, Serviço de Informação das Forças Armadas e a Lei de Segurança Nacional de 1969) desde o final dos anos 60, foi conservada em quase todo o período do governo Ernesto Geisel. Algumas alterações começaram a ser feitas, como por exemplo, a reforma na Lei de Segurança Nacional⁶⁹, aprovada em dezembro de 1978. Essa lei indicou a permanência da Doutrina de Segurança Nacional no prosseguimento da transição e manteve na essência os mesmos preceitos da lei anterior⁷⁰, como por exemplo, a definição da ‘segurança nacional’ pela prevenção da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária. Foi na vigência dessa lei que houve a repressão ao movimento grevista, entre 1979-1983, e uma de suas características foi à precaução em relação ao “inimigo interno”:

A Segurança Nacional envolve medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.⁷¹

⁶⁶ Na comunicação de Golbery do Couto e Silva datada de 1980, o militar usa o termo sístoles- movimento de contração do coração- significa a centralização do poder; enquanto o termo diástoles – movimento de relaxamento do coração- expressa a descentralização do poder. Sobre a diástoles, entendo que corresponde ao período de abertura política. Cf SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

⁶⁷ SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

⁶⁸ MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

⁶⁹ Essa lei substituiu a Lei de Segurança Nacional de 1969.

⁷⁰ A alteração em relação à lei anterior foi à diminuição das penas que acabou tendo como desdobramento a libertação de inúmeros presos políticos.

⁷¹ Brasil. Lei n.6.620, 17 de dezembro de 1978.

A segurança interna, integrada na segurança nacional, corresponde às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.⁷²

]A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos políticos, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.⁷³

A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que vise à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.⁷⁴

A seguir propomos uma periodização em relação à repressão durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). A primeira parte se situa entre 1974-1977 e inclui a vigilância contra as antigas organizações, como o PCB e PC do B, cassação de mandatos e desaparecimentos. O segundo momento entre 1977-1979, é caracterizado pela retomada dos movimentos de massa e após as ações policiais contra o PCB e PC do B, os alvos passaram a ser aqueles movimentos que entraram na cena política no final dos anos 70, tais como: o movimento estudantil, os sindicatos que aderiram ao 'novo sindicalismo' e novas organizações de esquerda, como a Convergência Socialista (CS).

A repressão entre 1974-1977

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi uma das organizações de esquerda mais atingidas pela violência política durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). Embora não exista nenhum estudo específico em relação à repressão contra o PCB no período de abertura, há duas razões plausíveis para a coerção: a primeira seria pelo contexto internacional, devido a crise da ditadura portuguesa e a Revolução dos Cravos em Portugal (1974) e a segunda, olhando mais internamente pela possível interferência do partido na transição política.

É possível que a atuação do Partido Comunista Português (PCP) na saída da

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

ditadura salazarista em Portugal, tenha alertado os militares brasileiros⁷⁵ sobre um eventual protagonismo do PCB através da vitória nas urnas e isso poderia causar problemas para o projeto de transição traçado pelos militares.⁷⁶

O motivo interno que pode explicar a repressão contra o PCB foi à candidatura de seus membros através do MDB e o apoio aos candidatos desse partido.⁷⁷ De fato, o PCB defendia o apoio ao partido oposicionista e a formação de uma frente ampla que valorizava o processo eleitoral como instrumento de combate à ditadura.⁷⁸ Em abril de 1974, o Comitê Central do PCB justificando a participação nas eleições afirmou o seguinte:

Porque elas (eleições) representam uma das poucas possibilidades legais de ação de massas contra o regime fascista, porque nelas milhões de brasileiros terão de votar e poderão manifestar o seu protesto. Na campanha eleitoral as forças antifascistas poderão promover debates com o povo, nos locais de trabalho e moradia, denunciando o regime fascista, do governo Geisel e seus agentes. O processo eleitoral será uma oportunidade para a classe operária e o povo ampliarem a luta pela elevação dos salários, pela reforma agrária radical, pela defesa dos interesses nacionais e pelo restabelecimento dos direitos democráticos.⁷⁹

Os órgãos de repressão e de informação desencadearam uma onda de violência contra as organizações de esquerda que participaram do processo eleitoral, particularmente o PCB⁸⁰. Em análise sobre o caráter da repressão, David Maciel⁸¹ chama a atenção de que mesmo na ilegalidade e atuando dentro dos mecanismos de disputa política reativados pelo projeto distensionista (partidos, eleições e parlamento), a repressão esteve na ordem do dia.

A violência política foi caracterizada pela prisão, tortura, desaparecimento e

⁷⁵ Respondendo a pressões da OAB e do setor progressista da Igreja Católica contra a tortura, o comandante do III Exército, general Oscar Luís da Silva, se referiu aos acontecimentos em Portugal para justificar a repressão contra o PCB. Cf SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988. p.343.

⁷⁶ LEMOS, Renato. **A campanha da anistia no Brasil: uma história política (1964-1969)**. Tese de progressão para professor titular de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

⁷⁷ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.

⁷⁸ MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

⁷⁹ CARONE, Edgard. **P.C. B (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982.p.150

⁸⁰ MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

⁸¹ Idem.

eliminação física dos militantes, principalmente daqueles que faziam parte do comitê central, desse modo a "Operação Radar"⁸² foi o principal instrumento usado pelo regime ditatorial para liquidar o PCB. Em 1974 desapareceram David Capistrano Costa, José Romane João Massena Melo respectivamente em março e abril. Em janeiro de 1975, o governo mediante a 'Operação Radar' descobriu a localização das gráficas do PCB, onde rodava o jornal do partido, que teve como desdobramento a intensificação do aprisionamento de seus militantes. O inquérito, divulgado no final de 1975, indiciava 105 pessoas por terem ligação com o partido, incluindo os deputados federais Marcelo Gatto (MDB- SP) e Nelson Fabiano (MDB-SP) e o deputado estadual Alberto Goldman (MDB- SP). Durante a 'Operação Jacarta'⁸³ foram presos os jornalistas Sérgio Gomes da Silva e Vladmir Herzog. Entre 1975-1977, registram-se o assassinato de vários membros que faziam parte do Comitê Central do PCB, Elson Costa, Hiran de Lima Pereira, Nestor Veras, Itair José Veloso, Jose Montenegro de Lima, Pedro Jeronimo de Souza e Lourenço Camelo de Mesquita.

A Resolução de organização do Comando Central do PCB, escrita em dezembro de 1975, destacou a violência política que atingiu a sua estrutura orgânica porque metade dos membros do Comitê Central entre efetivos e suplentes tinha sido encarcerada, torturada e assassinada. A explicação interna pela repressão foi o papel desempenhado pelo partido nas eleições legislativas em novembro de 1974⁸⁴. É importante chamar a atenção de que o partido considerou a vitória oposicionista no pleito eleitoral em 1974, uma razão para a modificação da correlação de forças no cenário político nacional⁸⁵. O documento "Panorama atual da subversão no país e as suas ligações mais acentuadas no exterior", feito pelo SNI em março de 1974, logo após a posse do presidente Ernesto Geisel, faz um breve balanço do partido até aquele momento e afirma que mesmo sofrendo algumas derrotas, as suas atividades persistem. De acordo com esse relatório o PCB:

⁸² Segundo Milton Pinheiro, foi uma operação desencadeada pelo DOI-CODI do II Exército e teve outros nomes nos demais estados brasileiros e ocorreu entre 1973-1977. Tinha como objetivo destruir o aparato político orgânico do PCB através de prisões, assassinatos e tortura. PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgomilitar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton. (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p.34.

⁸³ Foi um desdobramento da 'Operação Radar' no estado de São Paulo. Destaca-se também a 'Operação Barriga Verde' ocorreu em Santa Catarina e ocasionou na prisão de 42 pessoas acusadas de pertencer ao PCB.

⁸⁴ CARONE, Edgard. **P.C. B (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982.

⁸⁵BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. **Documento de Informações n. 0055/10/AC/74**. 28 março de 1974.

Possuindo maior experiência, mais organização e maior atuação junto às massas do que os demais tem o PCB possibilidades de ainda se expandir, bem como de reduzir a sua vulnerabilidade no confronto com os órgãos de segurança⁸⁶

Sendo a organização que tem maiores possibilidades de influir na comunização no país, faz-se necessária sua neutralização a curto prazo, para que se evitem maiores complicações no futuro.⁸⁷

Para o aparato repressivo, o PCB era um inimigo a ser combatido e, desse modo, há indícios de que o regime ditatorial se preocupava com as organizações que não aderiram à luta armada e a repressão contra esse partido era uma política oficial do Estado.

Em relação ao PC do B, Jean Sales⁸⁸ indica que após a derrota da 'Guerrilha do Araguaia', houve uma inflexão na estratégia e a luta pela redemocratização do país passou a ser a principal bandeira do partido. Iremos nos concentrar na afirmação de Jacob Gorender em que ressalta os sérios efeitos para a organização após a derrota no Araguaia, já que a repressão se acentuou sobre o partido através da prisão e assassinato de vários membros do Comitê Central.

Sobre a repressão contra o PC do B, o documento "Panorama atual da subversão no país e as suas ligações mais acentuadas no exterior", feito pelo SNI em março de 1974, informava o seguinte sobre o PC do B naquele momento:

Entretanto, apesar de bastante desgastado, não perdeu em operacionalidade, uma vez que continua estruturando o trabalho de campo em outras áreas. A derrota de Marabá poderá, em certos aspectos, representar a inviabilidade da implantação da guerrilha rural em nosso território. É ainda provável que tal pensamento se torne válido para todas as organizações, tendo em vista a grande importância por elas atribuída à região do 'Bico do Papagaio' como área estratégica⁸⁹

Destaco que no momento em que a reformulação do partido estava sendo discutida internamente, houve o assassinato de vários membros do Comitê Central, esse episódio ficou conhecido como a "Chacina da Lapa", que ocorreu em dezembro

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ SALES, J. R. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). **História (São Paulo)**, v. 26, p. 340-365, 2007.

⁸⁹ BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. **Documento de Informações n. 0055/10/AC/74**. 28 março de 1974).

de 1976⁹⁰. Nossa ideia é de que esse episódio configura a repressão como uma política oficial do governo Geisel com o objetivo de dismantlar a organização do partido. Segundo o depoimento de Cláudio Guerra⁹¹ o episódio foi realmente uma 'chacina', pois não houve qualquer tipo de confronto. Os dirigentes do PC do B, Ângelo Arroyo, João Batista Drummond e Pedro Pomar foram assassinados. Foram presos na ocasião os seguintes militantes do partido: Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo Lima, Joaquim Celso de Lima, Maria Trindade e Wladimir Pomar.

Houve cassações de políticos que estavam supostamente envolvidos com o PCB. Vale ressaltar que o partido comunista indicava seus membros para concorrer às eleições pelo MDB. Nesse caso, podemos citar os exemplos do deputado federal Alberto Marcelo Gato (MDB-SP) e do deputado estadual Nelson Fabiano (MDB- SP).⁹² Ambos foram cassados com base no AI-5. Alencar Furtado (MDB-PR) simbolizava a maior vitória dos autênticos do MDB e era a liderança do partido na Câmara, foi cassado e estava na relação de deputados associados com o PCB .⁹³ O deputado federal do MDB Nadyr Rosseti (MDB- RS), eleito com o apoio do PCB, perdeu o mandato por ter criticado os militares.⁹⁴ Houve também a cassação do deputado federal Lysâneas Maciel (MDB-RJ) devido a um discurso crítico à invalidação dos mandatos de dois deputados gaúchos.⁹⁵

A repressão entre 1977-1979

A (re) entrada de novos atores na cena política, no final dos anos 70, tais como: o movimento estudantil, classe operária, novas organizações de esquerda (Liga Operária/ Convergência Socialista) e movimentos sociais, fez com que os órgãos de informação passassem a monitorá-los e reprimi-los. Iremos indicar abaixo como o Estado combateu o movimento estudantil, a Convergência Socialista e o movimento grevista.

⁹⁰GUERRA, Claudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2012.

⁹¹ Idem.

⁹² MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

⁹³ GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁹⁴ MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

⁹⁵ Idem.

A grande pauta do movimento estudantil era o restabelecimento da União Nacional dos Estudantes (UNE)⁹⁶. O início de 1977 foi marcado por várias greves nas universidades em que as pautas até então eram de caráter acadêmico, como por exemplo: aumento de bolsa, diminuição de carga horária, verbas estudantis e oposição ao corte de orçamento universitário.⁹⁷ Foi a partir do dia 1º maio de 1977, que o movimento estudantil ganhou mais força quando houve a prisão de oito militantes da Liga Operária (Marcia Basseto Paes, Adamir Marini, Fernando Antônio Oliveira Lopes, Anita Fabri, Fortuna Dwek, Cláudio Gravina, José Maria de Almeida e Celso Brambilla) por distribuírem convites para o dia do trabalhador. Posteriormente a esse fato, várias universidades paulistas (USP e PUC) entraram em greve, almejando a soltura dos presos e liberdades democráticas. As manifestações que até então tinham começado somente por questões universitárias, ganharam contornos políticos.

No mês de maio houve a greve estudantil na Universidade de Brasília (UNB) devido a punição de 16 estudantes por participarem de atos políticos, pelo reitor da Universidade de Brasília José Carlos de Azevedo. A greve iniciou no dia 31 de maio de 1977 e teve grande repercussão quando o movimento estudantil da UNB entregou uma carta à primeira –dama dos EUA Rosalynn Carter, denunciando a situação vivida no Brasil e o desrespeito aos direitos humanos. O reitor impôs recesso escolar durante 32 dias, contudo a greve continuou. Foi instaurado um inquérito na universidade e 30 alunos foram expulsos e 34 estudantes suspensos. As manifestações estudantis foram fundamentais no primeiro semestre de 1977 e deram visibilidade em todo o país, o próximo passo foi organizar e estruturar mecanismos que pudessem representar esse movimento.⁹⁸ A atuação do movimento estudantil indicava a pressão de setores da sociedade contra os militares no poder e a resposta do governo, através do aparato repressivo.

A violência contra os estudantes pode ser caracterizada como preventiva, ou seja, para evitar que causasse uma crise durante a abertura política. Ressalto que o

⁹⁶Em abril de 1964, a sede da UNE foi saqueada e incendiada pelos militares. Desde então colocada na ilegalidade pela Lei Suplicy.

⁹⁷MULLER, Angelica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁹⁸ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

impedimento de passeatas do movimento estudantil, a prisão de estudantes e a vigilância policial foram práticas repressivas. Um dado interessante, em relação a violência, foi a afirmação do chefe da Casa Militar do governo Geisel, o general Hugo de Abreu, de que os órgãos de informação estavam monitorando o movimento dos estudantes desde o início de 1977. O objetivo era evitar que o movimento estudantil ocorrido em Brasília⁹⁹, em maio de 1977, atingiu proporções maiores e influenciasse outros movimentos semelhantes pelo restante do país.¹⁰⁰

A coerção persistiu e o aparato de vigilância monitorou os principais líderes estudantis e o seu deslocamento para o III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), realizado em Belo Horizonte. Muitos desses estudantes nem chegaram à capital mineira, porque foram presos.¹⁰¹ Após o ocorrido, em setembro de 1977, foi organizada uma grande assembleia na PUC SP e ali foi anunciado a reorganização do movimento estudantil em que teve como saldo:

A proposta aprovada foi a formação da Comissão Pró-UNE, integrada por todos DCEs e entidades municipais e estaduais. A referida comissão teria como tarefa coordenar as lutas estudantis em nível nacional, fazer propaganda da história da UNE, promovendo o debate em torno da sua reconstrução, bem como organizar a realização do IV ENE.¹⁰²

Em vários encontros estudantis uma das características da repressão foi a violência física e a prisão dos estudantes. Esse preceito também ocorreu nessa assembleia ocorrida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 22 de setembro de 1977. A assembleia estudantil, que estava organizando uma comissão para recriar a UNE, foi interrompida porque as tropas policiais comandadas pelo coronel Erasmo Dias invadiram a universidade. Segundo Maria Helena Alves (1984) mais de três mil estudantes foram detidos e quarenta e um foram processados na Lei de Segurança Nacional.

Em maio de 1979 no Centro de convenções de Salvador, foi realizado o congresso que resultou na recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

⁹⁹Sobre a repressão na UNB, destaca-se a figura do reitor da universidade e capitão da marinha José Carlos Azevedo.

¹⁰⁰ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

¹⁰¹ MULLER, Angelica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁰² Idem.p.170

Mesmo a entidade não tendo sido reconhecida pelo governo, os estudantes decidiram eleger uma diretoria provisória. A recriação da UNE teve um caráter simbólico na conjuntura de articulação à favor do retorno ao regime democrático¹⁰³. O aparato repressivo vigiava os estudantes, sabiam os lugares que poderiam abrigar o congresso e quais as entidades e as chapas participantes.

É importante frisar o papel da repressão política na tentativa em impedir a reestruturação do movimento estudantil, desde a realização de greves por pautas estudantis até a realização de assembleias e passeatas para restabelecer a UNE. Tal como a violência contra o PCB, PC do B, essa prática também era institucional.

A gênese da Convergência Socialista (CS) remete a derrota do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), porque após o fracasso dessa organização os principais militantes foram para o exílio¹⁰⁴. No início dos anos 70, esse grupo de exilados foi para o Chile e depois para Argentina onde tiveram contato com militantes trotskistas. A partir disso, foi fundada em janeiro de 1974 a Liga Operária que tinha como objetivo voltar ao Brasil e organizar um movimento político legal, amplo, aberto e socialista que conseguisse atrair outros setores da esquerda. A principal tarefa da Liga Operária era formar um partido de base proletária e socialista, na legalidade, assim rompendo com o bipartidarismo existente no Brasil¹⁰⁵.

Em relação à repressão contra a Liga Operária/ Convergência Socialista, conforme já apontamos, oito militantes foram presos por distribuírem o jornal 'Fáisca' em 1º de maio de 1977. O material distribuído denunciava a inflação, o desemprego e o cotidiano de repressão fabril. Entre as palavras de ordem destacavam-se as que condenavam o desemprego e as que chamavam os trabalhadores aos sindicatos para cobrarem deles "posição ativa contra as dispensas"¹⁰⁶. A alegação para a prisão foi à distribuição de material 'subversivo', contudo os encarceramentos dos militantes dessa organização se acentuaram e tratava-se de um ataque coordenado contra a Liga Operária.

¹⁰³ MULLER, Angelica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁰⁴MAGALHÃES, Rodrigo Cesar. **A Convergência Socialista na transição política brasileira da ditadura para a democracia: a luta por um partido operário, socialista e de massas no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶FARIA, Marcos Moutta de. **Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à história do trotskismo no Brasil. A experiência do movimento convergência socialista**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Um evento que marcou a trajetória da Convergência Socialista foi a repressão durante a convenção nacional em agosto de 1978, em que deveria ser lançado oficialmente o programa do Partido Socialista e conseqüentemente seria criado um partido operário e socialista. Através da “Operação Lótus” ocorreram várias prisões dos membros da Convergência Socialista, participantes desta convenção, e isso acabou inviabilizando a concretização da criação do partido. Portanto, a atuação do Estado foi responsável por desarticular politicamente naquele momento a Convergência Socialista já que desorientou a organização e deixou a liderança nas mãos de dirigentes menos experientes.¹⁰⁷

Uma das justificativas para a coerção contra a Convergência Socialista era de que estava em processo de organização um partido operário e de massa e diferentemente das demais organizações não estava pensando em autocrítica e até então não tinha sido tão afetada pela repressão política. Além disso, tinha certo apoio pela veiculação do jornal *Versus*¹⁰⁸ e contava com sedes públicas nas principais capitais do país.¹⁰⁹

A perspectiva em formar um partido operário e socialista não deu certo e a Convergência Socialista apesar de ter sofrido com a repressão, foi uma das organizações responsáveis pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Usando as concepções de Rodrigo Magalhães¹¹⁰, a formação do PT foi a grande herança do projeto original da Convergência Socialista a qual tinha tentado implementar.

No final dos anos 70 a classe operária emergiu na cena política através de um movimento conhecido como “Novo Sindicalismo”. A greve ocorrida em maio de 1978, a primeira paralisação proeminente, foi fundamental porque “recolocou os trabalhadores na cena política e deu início a uma nova etapa na trajetória do movimento operário brasileiro”.¹¹¹ Uma das alegações para justificar essa importância foi o fato de que a ocorrência das greves representaria uma contestação aos instrumentos que limitavam a ação grevista, como no caso da Lei Antigreve de 1964.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ O jornal “Versus” debatia questões culturais envolvendo a América Latina e posteriormente passou a debater sobre os caminhos da transição com entrevistas e matérias com grandes personalidades políticas da época.

¹⁰⁹ MAGALHÃES, Rodrigo Cesar. **A Convergência Socialista na transição política brasileira da ditadura para a democracia: a luta por um partido operário, socialista e de massas no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.p.217

De praxe, o primeiro passo no encaminhamento da violência era através do aparato jurídico, quando o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decretava a greve como 'ilegal'. Isso é importante devido ao fato de que a 'doutrina de segurança nacional' identificava a 'ilegalidade' como um elemento da 'guerra revolucionária', e conseqüentemente validava a violência. Isso ocorreu nas greves de 1978, com a decretação da ilegalidade da greve, mas não houve prisões e nem a intervenção nos sindicatos. Um dos desdobramentos foi a criação, pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979), do decreto lei nº 1.632 em agosto de 1978, o qual ampliava os serviços considerados 'essenciais', que estavam proibidos em fazer greve, tais como: serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e indústrias pré escolhidas pelo governo¹¹². Além dessa extensão, visando impedir novos movimentos paredistas, a lei estabelecia punição aos indivíduos que participassem de greves e poderia, inclusive, acarretar em demissão do trabalhador por justa causa. Atingia também os dirigentes sindicais porque estabelecia punição àquele que incentiva movimentos grevistas¹¹³.

Após as greves de 1978, o governo e o patronato estavam mais preparados para enfrentar novas ações grevistas e nota-se o incremento das práticas repressivas do Estado nas paralisações no ano de 1979. Tal como no ano anterior, após o segundo dia de greve no ABCD Paulista, foi decretada a ilegalidade pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e em seguida o Ministério do Trabalho abriu inquérito para apurar 'infiltração comunista' na greve¹¹⁴ (ANTUNES, 1992). Ricardo Antunes¹¹⁵ defende a ideia de que a ilegalidade do movimento evidenciava a preparação de uma ação repressiva por parte do Estado, que culminou com a intervenção nos sindicatos. A primeira proposta de negociação foi recusada pelos trabalhadores e posteriormente o governo decretou a intervenção nos três sindicatos do ABCD Paulista. A intenção dessa medida era enfraquecer o movimento e retirar o controle

¹¹²Brasil. **Lei nº 1.632**, de 04 de agosto de 1978.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

¹¹⁵ Idem.

do sindicato daqueles dirigentes que lideravam a greve.¹¹⁶ Um dos desdobramentos foi a ausência da principal liderança, Luís Inácio Lula da Silva, do movimento e, além disso, houve a prisão de 200 grevistas.¹¹⁷

Conclusão

Por fim, demonstramos as principais características do governo Ernesto Geisel, cuja principal meta era a saída da ditadura de forma lenta, segura e gradual, mantendo os interesses das classes dominantes com a mudança de regime político. Além do mais, chegamos a conclusão de que mesmo sendo uma transição em direção ao regime democrático, a violência política servia para inibir os setores mais críticos ao governo e a política de abertura. Defendemos a ideia de que foi um processo em que os militares e as classes dominantes tinham como propósito mudar o regime político e manter as condições de dominação de classe. Para isso a conservação do aparato policial durante a transição era fundamental para coibir qualquer tipo de mobilização da classe trabalhadora e ao mesmo tempo o objetivo era fortalecer as instituições democráticas canalizando a luta política pelas instituições e não através da mobilização popular.

Referências bibliográficas:

1) Fontes primárias

1.1) Documentos oficiais

Brasil. Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978

Brasil. Lei n.6.620, 17 de dezembro de 1978

Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Documento de Informações n. 0055/10/AC/74. 28 março de 1974. Difusão: Chefe do SNI. Disponível em <https://www.ufmg.br/brasildoc/>.

2) Obras de referências

¹¹⁶MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

¹¹⁷SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.

ABREU, Alzira Alves de et al.(coords). Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro- pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

3) Livros, artigos, teses, dissertações e monografias

ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979

ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984

ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no Abc Paulista: As Greves de 1978/80)**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992

CAMARGO, Aspásia e GOÉS, Walder de. **O Drama da Sucessão e a crise do regime**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984.

CAMPOS, Roberto. A opção política brasileira. In: CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Regime político e mudança social (algumas reflexões sobre o caso brasileiro) ". **Revista de Cultura Política**, nº 3, São Paulo, Cedec e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CARONE, Edgard. **P.C. B (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1989

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), Curitiba - PR, v. 25, p. 83-106, 2005

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. 5ª ed- Rio de Janeiro: Record, 2010.

DEMIER, Felipe. Democracias Blindadas nos dois lados do Atlântico: Formas de dominação político social e contrarreformas no tardocapitalismo (Brasil e Portugal). **Libertas** (UFJF. Online), v. 12, 2012

DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. **Dados** (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 28, n.3, p. 10-20, 1985.

DREIFUSS, René Armand. *1964 : a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis*: Vozes, 1981.

FARIA, Marcos Moutta de. **Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à história do trotskismo no Brasil. A experiência do movimento convergência socialista**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo, Companhia das Letras. 2003.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUERRA, Claudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2012

HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

_____. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: uma história dos primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

LEMONS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, 2002.

_____. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964**. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.

_____. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o marxismo**, v. 2, p. 111-138, 2014.

_____. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.

_____. **A campanha da anistia no Brasil: uma história política (1964-1969)**. Tese de progressão para professor titular de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar. **A Convergência Socialista na transição política brasileira da ditadura para a democracia: a luta por um partido operário, socialista e de massas no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

MARINI, Ruy Mauro. **Brasil: da ditadura a democracia** 1964-1990, 1991.

MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura**. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

MACHADO, Eliel. Limites da "democracia procedimental" na América Latina. **Revista Mediações** (UEL), v. 13, p. 260-282, 2008.

MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MONTEIRO, Tiago. **A nova república e os debates relativos ao papel político das forças Armadas pós- ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012

MULLER, Angelica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese. (Doutorado em História). -Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. "Transições, continuidades e alguns paradoxos". In: Reis, Fábio Wanderley e O'Donnell, Guillermo. (orgs.) **Democracia no Brasil**. Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. 1. ed. Campinas: Editora Papirus, 1994

PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton. (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014

SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: **República do capital/capitalismo e processo político no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SALES, J. R. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História (São Paulo)*, v. 26, p. 340-365, 2007

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Estratégias de descompressão política. In: **Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.

Recebido em: 01/04/2023

Aprovado em: 31/10/2023